



VOZES SILENCIADAS – “DOU A MINHA PALAVRA”

Rosimar de Fátima SCHINELO (PG UNESP/ Araraquara)

ABSTRACT: *This work's aim is to discuss, by a discursive point of view, the relationship between. Through an analysis of a handwritten text, it is shown how voices presumed as silenced by written documents resurge to a reader meticulous look.*

KEYWORDS: *writing; history; silence; subject; orality..*

0. Introdução

A história se faz de marcas e silenciamentos estabelecidos pelo percurso do sujeito no interior de um universo sócio-cultural. Vista pela perspectiva discursiva, a história, longe de ser o registro de momentos, é a sua (re)significação, é a construção discursiva que se estabelece na relação linguagem-sujeito-mundo, é uma sobreposição de olhares que permitirão a evidência de um acontecimento e o ofuscamento de outro. A história se estabelece no interior da própria história, é simbólica e materializada através da linguagem.

O indivíduo, agente da construção histórica, também se constitui sujeito no interior dela. Vinculado à língua e à história ele se vê envolto por uma teia entrelaçada por fios ideológicos que resgatam em um passado a memória discursiva constitutiva de uma historicidade presente.

Apesar desse fio contínuo que alinhava o processo histórico de uma sociedade, rupturas se estabelecem e delimitam espaços enunciativos geradores de diferentes relações entre sujeitos. Podemos caracterizar como sinal de uma grande ruptura a instituição da escrita em sociedades de tradição oral. Esse acontecimento firma um controle maior sobre a discursividade do sujeito-histórico e sua identidade com a memória.

Nesta medida, o risco é simplesmente o de um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica: “quando se quer liquidar os povos” escreve Milan Kundera, “ se começa a lhes roubar a memória”. Pechêux (1997:60)

Contrária ao transmitir linear da oralidade, a escrita instaura-se, em diferentes níveis, hierarquizando relações, alterando a memória e reconfigurando o registro histórico. O poder, antes centrado no dizer e na palavra dita, renasce agora das letras



grafadas no papel. Há um deslocamento da subjetividade humana: o texto oral que sempre caminhou junto à memória de cada indivíduo cede espaço ao escrito que possibilita registrar e arquivar a memória.

2. Entre o olhar e o dizer

Há que se observar que o Brasil é um jovem país letrado, e isto pode ser atribuído a, pelo menos, dois aspectos: **1)** Quando foram “descobertas por Pedro Álvares Cabral” as terras, que hoje dizemos ser nossas, já eram habitadas por sujeitos envolvidos em um processo histórico alheio à escrita. Instaura-se o domínio de um povo letrado sobre sociedades ágrafas. Tem-se, então, no interior de cinco séculos um silenciamento de vozes nativas sobrepostas por vozes colonizadoras. **2)** A história da escrita nesse país continua sendo um ponto de tensões discursivas. Se no início tínhamos uma polarização entre as sociedades ágrafas e o letramento, hoje convivemos com um grupo quase exterminado de sujeitos que desconhecem completamente a escrita (tribos indígenas sem contato com o “branco”), outro grupo que não tem escrita mas atribui sentidos à grafia (índios que lutam para preservar sua memória, para que ela não seja apenas mais uma história no universo letrado), os letrados que manipulam a *grande história* e os analfabetos (filhos de uma sociedade letrada que os excluiu).

O contato com a escrita estabelecerá uma nova forma de relação entre os indivíduos socializados, altera-se a forma do sujeito interagir com a história já que os acontecimentos podem ser registrados e arquivados para análises posteriores. A escrita favorecerá a divisão entre sujeito e objeto: o “eu” torna-se capaz de olhar o “outro” em espaços de tempo diferenciados, a história consegue historiografar-se. Existir ou não existir deixa de ser uma questão física e passa a ser uma questão de registro, inscrição na história.

E pouco a pouco cada indivíduo vai aprendendo a ver e a fazer as coisas como se fosse capaz de se afastar da linguagem e olhá-la com os olhos da neutralidade. Os próprios estudos lingüísticos, suportados pela escrita, afastaram o histórico, o social e o ideológico, e construíram teorias que trabalhavam com “realidades” idealizadas, utópicas ou com acontecimentos historicizados.

Esse olhar distanciado que o registro escrito possibilita fez-nos acreditar na existência de sujeitos fundadores de discurso¹ e de sujeitos assujeitados. Essa forma de relação com a linguagem é que sustenta uma insondável distância entre os construtores da história e os meros figurantes dessa nação brasileira.

Sabe-se, em se tratando de linguagem, que nada é apagado completamente, vestígios subsistem e vão ganhando novos sentidos cada vez que se materializam textualmente:

¹ Para Foucault a função-autor está diretamente ligada aos indivíduos responsáveis pelos discursos fundadores, aqueles que darão origem a outros discursos.



Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. Bakhtin (1997: 414)

Rastrear a história pelo viés discursivo é conseguir, quem sabe, ouvir alguma voz que pode ter sido asfixiada mas que sobreviveu ao silêncio histórico e que se coloca, agora, como o contraponto, o “outro”, a subjetividade, a resistência do que jamais será completamente assujeitado apesar de não ser totalmente livre.

Neste trabalho enfocaremos o surgimento do documento escrito e a permanência da oralidade nesse tipo de registro.

3. Do dizer ao documentar

Um olhar longínquo sobre a construção de uma memória histórico-social do homem possibilita observar que a oralidade se faz presente em toda comunidade lingüística e que a escrita está associada a algumas. Mas o surgimento da escrita instituirá novos vínculos sociais entre sujeitos. As combinações, os acordos, os contratos que antes eram realizados de forma direta entre as partes interessadas e tinham como garantia “a palavra oral”, vão lentamente sendo inscritos em um suporte físico que os tornam mais seguros, e passam a ser intermediados por instituições autorizadas a emitir tais documentos.

A institucionalização do documento está estritamente ligada à escrita - a visão que se tem da história em determinados períodos, principalmente no interior do positivismo, é a de que não há história sem documento que a comprove e este documento é essencialmente, como observa le Goff (1996), um testemunho escrito.

A associação entre história, escrita e documento caracterizará um novo discurso: o do poder. A nova forma de registrar e armazenar a memória-histórica estabelecerá também um desequilíbrio entre as vozes dos sujeitos participantes do processo. Nasce o discurso autorizado, uma voz “maior” e com “mais poder” que se responsabilizará pela “verdade” documental.

Não basta, agora, o dizer oral. O sujeito diz, mas esse dito tem que ser lavrado, registrado e assinado. É a escrita silenciando a voz? Talvez. Embora se tenha um aparente equilíbrio de vozes no documento (são vozes das partes interessadas, do escrivão, das testemunhas, etc.), há uma voz que fala de um outro lugar discursivo e que se sobrepõe às anteriores: é a voz da lei escrita e sancionada.

Nesse rearranjo histórico selecionamos para análise um “documento”² que se encontra no entremeio do oral e do escrito. Trata-se de um livro-caixa para controle de

² O texto retrata apenas uma parte da situação trabalhista da época (a dos colonos e cafeicultores), são tratos rurais que certamente se diferenciam dos contratos trabalhistas urbanos.



despesas econômicas realizadas entre o administrador de uma fazenda (1936-1960) e os colonos da agricultura cafeeira. Segue, como exemplificação, fragmento do livro.



A palavra documento está sendo usada no sentido de prova de acordos realizados naquele determinado período, hoje, no momento em que está sendo analisado, o texto adquire um valor de monumento, já que, segundo Le Goff (1996: 545), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado. é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.



89

João Lazarreno

DATAS	1956	DEVE	HAYER
Outro ^o	1	Tratto de 4,584	
"	"	pes de café a	
"	"	4,500,00 cruzeiros	
"	"	por mil pes.	
"	"	34,128,00 cruzeiros.	
"	"	Plantação no café	
"	"	50 por cento de	
"	"	milho e arroz	
"	"	e plantar feijão	
"	"	1 ^o Bimestre	5688 00
Dezembro	1	Meu pagamento	5688 00
		5688 00	5688 00
<hr/>			
Janeiro	4	dinheiro de leite	8150
"	"	1 carreto de lenha	1000
"	"	resto de conta	12 00
"	"	3 ^o Bimestre	2344 00
dia	5	Meu pagamento	274050
		274050	2844 00

Segue pagina 91

3

4. Alguns apontamentos

³ Cópia da página 89 do livro-caixa usado, na época, para controle de contas de cada colono. Tendo como data inicial 1937 e o último contrato realizado em 1960, é possível acompanhar a trajetória de alguns trabalhadores. O J. Lazarreno, por exemplo, realiza seu primeiro trato em 1956, tem o trato modificado em 1957: *Trato 7.163 pes de café a 5.000,00 cruzeiros por mil anno inteiro 35.815,00 por cada 30 dia 2.985,00*; em 1958: *Trato de 7.458 pes de café a 5,00 cruzeiro por pé plantação 50° por cento*; etc.



Diferente de qualquer documento contratual lavrado em cartório, esse livro-caixa textualiza uma história muito comum em sociedades letradas de tradição oral: a escrita torna-se, sem diminuição de poder, em alguns momentos, apenas um suporte gráfico da fala.

Em um período pós escravidão negra, as relações trabalhistas tendem a se alterar. Os empregadores permanecem, os empregados são outros. Como toda relação se restabelece em função do “Outro”, há que se reconfigurar o texto no interior desse novo contexto. Como os sujeitos tem direitos e deveres estabelecidos, torna-se necessário registrar a trajetória de cada um, mas esse registro é feito apenas pelas mãos de um único sujeito: o administrador. No livro, ele, o gerenciador do trabalho, descreve um acordo feito oralmente e essa descrição torna-se documento, tem valor de verdade.

Apesar de ser um contrato implícito, o que se tem materializado no texto é um *trato*, um acordo supostamente realizado entre o administrador e o colono : *Trato de 13224 cafeeiros, a 300\$ por ano.* (livro-caixa, 1937 p. 01)

Uma possível reconstituição histórica através da uma memória oral de antigos colonos revelaria o processo: determinava-se oralmente quais seriam as condições de trabalho de cada família e posteriormente registrava-se graficamente esse acordo, já que a escrita “é imutável” e assevera uma fidelidade entre as partes, é o documento escrito como garantia de verdade.

Usado como documento, o livro foge dos padrões atuais do que possa ser considerado um elemento documental, não há nele termo de abertura ou de encerramento, não há nenhum fechamento de conta ou rescisão de (con)trato, nenhuma rasura é rubricada para ser reconhecida como autêntica. Não existe, também, em nenhum espaço físico do livro alguma descrição da voz ou algum vestígio da escrita do colono, não tem sequer uma assinatura que avalize o documento, que evidencie a autenticidade de quem o escreveu. É um texto escrito inserido numa mentalidade discursiva oral. É a oralidade subsistindo à escrita, “dando-lhe a palavra”.

São inúmeras as interpretações em torno das sociedades letradas, duas serão destacadas: **a)** há uma história geral, traçada por uma sociedade escrita que marginaliza “histórias menores”, memórias vivas da oralidade; **b)** existem histórias orais que permanecem silenciadas pelo domínio da escrita, mas que se constituem e ganham sentido singular nesse intervalo deixado pelo silêncio histórico. É somente no mais profundo silêncio que algumas vozes, consideradas mudas, podem ser ouvidas.

Ainda que haja uma permanência de aspectos orais em documentos escritos, deve-se considerar que a escrita alterou completamente a convivência entre o “eu” e o “Outro”, e que a identificação do sujeito passou a ser estabelecida através desse universo simbólico materializado graficamente.

Em uma sociedade oral, um homem se impunha por sua palavra. Ele a confirmava prestando um juramento,(...). Quando um homem livre jurava, qualquer acusação contra ele deixava de existir. Com a escrita o juramento cedeu lugar ao manuscrito: agora era o registro que contava, e não a



evocação do juramento. E se não havia registro, o juiz não podia ler o que se passava no coração do acusado... Olson (1997:47)

Fazer análise de documentos é estar, de certa forma, (re)documentando a história, atribuindo-lhe novas direções. Trabalhar com registros escritos é poder, através de um enunciado, resgatar momentos de enunciação que se entrecem no interior de formações discursivas diversas, é poder observar como acontecimentos orais adquirem uma nova textura quando cunhados graficamente.

Através do documento/monumento examinado neste artigo verificamos que formas orais vão deixando suas marcas no que parece ser “exclusivamente escrito”. Essas marcas evidenciam a polifonia do texto. Apesar da existência de apenas um escrevedor (no caso o administrador da fazenda), o texto se constitui através de vozes vindas de outros lugares discursivos e que ecoam nas entrelinhas da história.

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir, através de uma perspectiva discursiva, a relação entre a escrita, a oralidade e a história. Através da análise de um texto manuscrito demonstra-se como vozes supostamente silenciadas por documentos escritos ressurgem ao olhar metuculoso do leitor.

PALAVRAS-CHAVE: escrita; história; silêncio; sujeito; oralidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- ILLICH, I. Um apelo à pesquisa em cultura escrita leiga. Em: *Cultura Escrita e oralidade*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997. pp. 35-54
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- OLSON, R.D; TORRANCE, N. *Cultura escrita e oralidade*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- PECHÊUX, M. Ler o arquivo hoje. Em: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de Leitura*. 2 ed. Campina/SP:UNICAMP, 1997.
- POSSENTI, S. O sujeito Fora do Arquivo. Em: *As múltiplas faces da linguagem*. 1996

